



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

15 DE
FEVEREIRO DE
2021



INTIMIDAÇÃO

Prefeito de Santarém relata ameaça de morte

ÁUDIO - Nélio Aguiar diz à polícia ter recebido mensagem de ódio por causa do lockdown

ANA CAROLINA MATTOS
DA REDAÇÃO

O prefeito de Santarém, Nélio Aguiar, recebeu no início da noite de ontem, uma ameaça de morte por meio de um áudio compartilhado via aplicativo de mensagens instantâneas. Na gravação, um homem, que até a publicação desta reportagem não havia sido identificado, afirma que vai jogar gasolina no gestor municipal e atear fogo em seguida. A mensagem ainda avisa para que o político não transite em uma das vias mais movimentadas do município do oeste paraense: a avenida Tapajós, em frente à orla da cidade.

No mesmo áudio, o motivo da ameaça também é informado: o prolongamento do estado de lockdown até o próximo dia 19 de fevereiro.

O novo documento foi publicado no sábado, 13, mas entra em vigor no dia 15 de fevereiro. A decisão foi tomada pelo Comitê de Crise de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus de Santarém.

"Prefeito pilantra, mentiroso. Na campanha política disse que não ia ter 'lockdown' na segunda-fei-

ra, mas depois de uns dias que ele assumiu, teve lockdown.... Já estamos indo pra terceira semana (...). Merece pegar um litro de gasolina e tancar fogo em ti, seu Nélio Aguiar. O povo tá revoltado. (...) Não anda lá pela rua, não", diz um trecho da mensagem compartilhada em um grupo.

Um boletim de ocorrência foi re-



Nélio Aguiar diz que já recebeu outras ameaças antes

**Prolongamento
do lockdown em
Santarém até 19 de
fevereiro teria sido
a causa da ameaça
de morte**

gistrado na Delegacia de Santarém. O caso deverá ser investigado pela Polícia Civil.

"Registrei Boletim de Ocorrência e estou tomando as cautelas necessárias à minha segurança e de minha família. Não é a primeira vez que recebo esse tipo de ameaça. As decisões do Comitê de Crise, formado por várias representatividades, são baseadas em dados da situação epidemiológica do município. Atualmente, o governo do Estado declarou bandeiramento preto aqui na região e as instituições judiciárias têm recomendado seguir esse bandeiramento. Na luta pela vida, a gente acaba arriscando a nossa e de nossa família", disse o prefeito Nélio Aguiar.

PREMIADO

Projeto agiliza demandas de saúde

O projeto "Unidos pela Saúde e Conciliação", do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), premiado na 11ª edição do Prêmio Conciliar é Legal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com menção honrosa, tornou o Pará referência nacional em um tipo de audiência que reúne todas as partes envolvidas nas demandas de saúde e possibilita um rápido equacionamento nesse tipo de demanda. O prêmio, concedido durante a primeira Sessão Ordinária do CNJ

em 2021, reconhece boas práticas voltadas aos métodos consensuais de resolução dos conflitos.

No ano passado, o projeto, executado pela 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública de Belém, foi aprovado para fazer parte do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário. O Portal é um ambiente virtual criado pelo CNJ para o registro e divulgação de práticas de sucesso, possíveis de replicação, que podem servir de modelo para a gestão dos di-

versos órgãos do Poder Judiciário, e de premiação, como reconhecimento de práticas inovadoras. Para ser aprovado, o projeto também passou por apreciação do plenário do CNJ.

Para a presidente do TJPA, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, a concessão de menção honrosa significa o reconhecimento aos bons resultados obtidos com a utilização dos métodos consensuais de resolução dos conflitos.

PROCESSOS

Mutirão virtual festeja acordos

O I Mutirão de Audiências Virtuais de Conciliação do Juizado Especial Federal Cível de Belém, realizado de 1º a 11 de fevereiro, alcançou 59,40% de acordos, equivalentes a 256 processos de um total de 431 que foram apreciados durante audiências realizadas em quatro salas virtuais, concentradas no Centro Judiciário de Conciliação (Cejud).

Os 256 acordos celebrados

entre as partes e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram homologados judicialmente, representando a concessão de benefícios no valor total de R\$ 3,681 milhões.

Uma das beneficiárias foi Jordelina Pantoja (na foto, à esquerda), de 100 anos, a mais idosa que participou do mutirão. Na audiência, ela esteve acompanhada de sua advogada,

Camilla Elizabeth Silva Campos Gonçalves.

Durante o mutirão, foram apreciados apenas processos de natureza previdenciária, referentes a ações em que os autores pediam aposentadoria rural, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-doença, pensão por morte rural, aposentadoria híbrida e aposentadoria por invalidez.

**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

Ana Cláudia Serruya Hage, ex-secretária de Estado do governo de Simão Jatene responde na 5ª vara cível da Seção Judiciária do Pará a uma ação civil pública de improbidade administrativa impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF) por acúmulo ilegal de Cargos nas Universidades Federal do Pará, do Estado do Pará (UEPA) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc). Para o MPF “é inegável a existência de dano ao erário e de ato que atenta contra os princípios da administração pública, visto que os recursos utilizados para pagamento indevido à demandada têm natureza pública, devendo os mesmos serem ressarcidos aos cofres públicos”. Segundo a denúncia o prejuízo financeiro à UFPA supera R\$ 361.661,04.

BLOQUEIO

A Procuradoria da República requereu ainda o bloqueio das contas e a indisponibilidade dos bens da acusada até o valor da causa. De acordo com a denúncia, Ana Cláudia Hage recebeu vencimentos de três cargos distintos: como técnica em assuntos educacionais na UFPA, como professora-assistente na UEPA, e como Secretária de Educação do Estado do Pará nos anos de 2016, 2017 e 2018, mas efetivamente só exercia a função de um cargo. Ana Hage é servidora da UFPA desde 1986, tendo sido cedida à Seduc em 1987 para exercer cargo em comissão, inicialmente sem ônus para a UFPA. Porém, a partir de 11/12/2003 até 30/12/2018 a referida cessão passou a ser com ônus para a entidade federal.

USINA

O MPF requisitou ao Ibama os dados técnicos que embasaram a mudança de posição do órgão sobre o desvio das águas do Xingu para a usina de Belo Monte. Nos meses de janeiro e fevereiro, o Ibama havia determinado que menor quantidade de água fosse desviada do rio. Com base nas conclusões técnicas, foi determinada a realização de estudos complementares pela empresa Norte Energia, considerados insuficientes. Mesmo assim, no dia 7 de fevereiro, o Ibama anunciou que negociava um termo de compromisso, que deu origem ao acordo firmado nesta semana com a concessionária.

LINHA DIRETA

Em conjunto com outras seccionais, a OAB-PA subscreverá representação junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra a resolução do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que prevê reembolsar os gastos de desembargadores com o uso de linha de celular particular e serviço de internet banda larga em suas residências - conhecida como "Bolsa Banda Larga".

De acordo com a resolução, publicada dia 28/01, os desembargadores do TRF-1 terão direito a até R\$ 80,00 para pagamento de linha de celular particular e serviço de internet banda larga. O reembolso é apenas para os desembargadores que recebem salários de R\$ 35,4 mil, os maiores do poder judiciário.